

PROSOPOGRAFIA DE UM PARTIDO POLÍTICO OITOCENTISTA: OS REGENERADORES NO PARLAMENTO*

PATRÍCIA GOMES LUCAS**

1. INTRODUÇÃO

O Partido Regenerador foi uma organização política da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, cuja relevância política e longevidade, tendo sido confirmadas pela historiografia, só recentemente começaram a ser estudadas de forma detalhada¹. Entre as diversas temáticas referentes à vida partidária cuja análise importa aprofundar, encontra-se o estudo prosopográfico dos indivíduos que compunham o partido. A sua relevância prende-se, em grande medida, na capacidade de, através do estudo de um conjunto de sujeitos históricos, colocar ao alcance do investigador pistas mais amplas sobre a sociedade da época, a cultura política, ou os processos partidários. A prosopografia foi utilizada, nas últimas décadas, como mecanismo de análise de instituições políticas, nomeadamente do Parlamento português, com resultados de interesse². Estes estudos, contudo, não se centraram na vertente partidária.

É com esse fim que propomos, neste artigo, examinar a prosopografia do corpo parlamentar do Partido Regenerador, como exemplo mais visível e estanque dos seus representantes, no sentido de perceber quem eram realmente os membros que compunham a organização, e de que forma essa composição evoluiu ao longo do tempo. Dada a multiplicidade de processos eleitorais e legislaturas em que os Regeneradores participaram, optámos por seleccionar três momentos com características tanto semelhantes quanto distintas, de forma a permitir uma análise comparativa da prosopografia Regeneradora. Como elemento comum refira-se terem sido processos eleitorais organizados por governos do Partido Regenerador, logo depois da entrada em vigor de novas leis eleitorais, e que ficaram marcados por eventos políticos e partidários significativos. Em 1860, decorreram eleições organizadas pelo primeiro governo maioritariamente Regenerador, que nelas testava a lei eleitoral promulgada poucos meses antes, que introduzia os círculos uninominais como base do escrutí-

* A autora não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Instituto de História Contemporânea (IHC). Email: patricia.gomes.lucas@hotmail.com. Patrícia Isabel Gomes Lucas (Prémio 2019).

¹ LUCAS, 2019.

² ALMEIDA, 1995, 2005; ALMEIDA, FERNANDES, SANTOS, 2006; SOBRAL, ALMEIDA, 1982.

nio em todo o território nacional³. Em 1881, as eleições foram promovidas por um governo Regenerador em luta aguerrida com o principal partido da oposição; o acto eleitoral, utilizando a lei eleitoral de 1878, foi o último em que vigorou a divisão da geografia eleitoral exclusivamente em círculos uninominais. Em 1901, o governo Regenerador fez aprovar uma nova lei eleitoral, que dividia os territórios portugueses em 33 círculos plurinominais.

A lei eleitoral de 1859 não inovava no que diz respeito ao direito de voto, mantendo os requisitos que vigoravam desde o decreto de Setembro de 1852, ou seja, atribuindo direito de voto aos cidadãos maiores de 25 anos com uma renda líquida anual de 100 mil réis, o que se traduzia em 310 494 eleitores⁴. O escrutínio era realizado a duas voltas, sendo necessária maioria absoluta na primeira, e maioria relativa na segunda. Como novidade encontrava-se a divisão do território nacional em 165 círculos eleitorais uninominais, no continente e ilhas, aos quais se juntavam 14 deputados eleitos pelo Ultramar⁵. O objectivo desta alteração era aproximar a política das populações eleitoras, reduzindo simultaneamente a capacidade de intervenção e manipulação dos governos no processo eleitoral.

No caso da lei eleitoral de 1878, os requisitos legais para o direito de voto foram bastante alargados em relação à legislação anterior, pelo que o número de votantes reais aumentou significativamente. Podiam votar todos os cidadãos maiores de idade, ou seja, acima dos 21 anos — que tivessem uma renda anual líquida de 100 mil réis, que soubessem ler e escrever, ou que fossem chefes de família. O facto de estes critérios serem paralelos e não cumulativos tornou possível que muitos indivíduos que até aí tinham visto a condição de eleitor vedada tivessem oportunidade de participar no processo eleitoral. Não é, por isso, de estranhar que entre 1877 e 1878 o número de eleitores recenseados tenha praticamente duplicado. Chegados à eleição de 1881, existiam 841 511 eleitores recenseados, um número que rondaria 18% da população nacional, e 70% da população masculina⁶. A lei em vigor em 1881 definia ainda que o território português — continente e ilhas — era dividido em 137 círculos uninominais, aos quais se juntavam mais 12 deputados eleitos pelos círculos dos territórios ultramarinos⁷.

Quanto à legislação em vigor em 1901, o decreto de 4 de Agosto desse ano mantinha as disposições legais da legislação anterior referentes ao direito de voto — que era atribuído a todos os cidadãos maiores de 21 anos que pagassem um mínimo

³ Note-se que haviam sido realizadas eleições suplementares para 7 círculos eleitorais em Outubro de 1859, nas quais se havia testado o sistema da lei eleitoral desse ano. Contudo, dada a limitação desse processo de escrutínio, consideramos a eleição de Janeiro de 1860 como a primeira sob a égide total do sistema uninominal.

⁴ ALMEIDA, 1998: 727 e 733.

⁵ ALMEIDA, 1998: 259-285.

⁶ ALMEIDA, 1998: 733.

⁷ ALMEIDA, 1998: 307-320.

de 500 réis em contribuições diretas ao Estado, ou soubessem ler e escrever — o que se traduzia em cerca de 551 437 eleitores⁸. Portugal era dividido em 33 círculos plurinominais, sendo 22 em território continental, 4 nas ilhas dos Açores e Madeira, e 7 nas possessões ultramarinas, a partir dos quais eram eleitos 134 deputados pelo continente, 14 pelos Açores e Madeira, e 7 pelo Ultramar⁹.

2. O «PASSO DE GIGANTE» ELEITORAL (1859)

Em Março de 1859 tinha fim a primeira experiência governativa do Partido Histórico. O executivo vira a sua credibilidade abalada por várias polémicas políticas, e fora finalmente derrubado devido ao desacordo com o Parlamento quanto à rescisão do contrato de construção da linha de caminho-de-ferro de Lisboa ao Porto¹⁰.

Em face disto o jovem rei D. Pedro V deu posse a um governo maioritariamente Regenerador, mas liderado pelo cartista duque da Terceira. Esta opção juntava a energia de uma nova geração regeneradora com a moderação do velho militar da guerra liberal. Terceira era acompanhado por um grupo de jovens que Oliveira Martins havia de baptizar como «liberalismo novíssimo», e que seria mais tarde descrita por Júlio de Vilhena como «o que havia de mais ilustrado na política portuguesa daquele tempo»¹¹. A promessa era dar um novo rumo ao país.

Durante alguns meses o Parlamento foi aprovando legislação, nomeadamente reformas dos ministérios e secretarias e do exército. O diploma mais significativo terá sido, porém, a reforma eleitoral, votada em Abril na Câmara do Deputados e promulgada em Novembro de 1859, que implementava de forma extensa o sistema uninominal. O diploma, inspirado por José Estêvão, pretendia limitar o poder do governo, descentralizar o processo eleitoral, e garantir a independência dos deputados eleitos.

Apesar de não existir um conflito com a maioria parlamentar histórica, o governo obteve a dissolução das Cortes, alegando a necessidade de testar a nova lei eleitoral. O gesto foi mal recebido pela oposição, que acusou o governo de procurar apenas a «satisfação de interesses pessoais»¹².

Durante o mês de Dezembro as comissões eleitorais dos vários partidos reuniram-se para montar o plano de acção para a eleição. Chegados a 1 de Janeiro, como era já expectável, foi a coligação governamental a vencer a eleição, mas um facto deve ser assinalado: os históricos conseguiram eleger um número não despidendo

⁸ São utilizados os dados recolhidos no recenseamento eleitoral de 1898-1899, pela inexistência de dados específicos para 1901. Este número de eleitores representava 10,3% da população nacional, e cerca de 40% da população masculina; ALMEIDA, 1998: 733.

⁹ ALMEIDA, 1998: 475-522.

¹⁰ BONIFÁCIO, 2001.

¹¹ MARTINS, 1996: II, 280; VILHENA, 1921: II, 53.

¹² «O Portuguez», 1859: 1.

de deputados, vencendo aliás as votações nos círculos da capital. A lei eleitoral, que representava «um passo de gigante maior do que talvez se pense para o futuro das instituições», nas palavras de Fontes Pereira de Melo, forçava o poder central a ouvir mais atentamente os interesses locais, colocando assim alguns obstáculos à hegemonia do executivo¹³.

O contexto político destes anos, ainda em processo de definição, limita significativamente a capacidade de percepção das ideologias e preferências dos deputados. Optámos, por isso, por restringir a amostra estudada aos deputados cujas inclinações partidárias eram nítidas. Para a eleição de 1860 identificámos, por isso, 62 deputados efectivamente eleitos com o apoio do Partido Regenerador.

Seguindo os estudos existentes, delineámos um conjunto de elementos prosopográficos caracterizadores, que nos permitem obter uma visão global e comparativa sobre o corpo parlamentar Regenerador. São estes, idade, formação académica, profissão, local de origem, número de vezes que tinham sido eleitos anteriormente, detenção de título nobiliárquico e relação entre o círculo de eleição e o círculo de origem.

Dentro do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador para a legislatura de 1860-1861, a idade média era de cerca de 42 anos (Tabela 1). Uma parte significativa, 29%, desempenhavam funções parlamentares pela primeira vez, o que nos mostra que a elite partidária estava ainda em construção, não se fixando num conjunto imutável depois da constituição do partido¹⁴.

Tabela 1. Idade, experiência e deputados estreantes

Mínima	Média	Máxima
28	42,84	60
Deputados estreantes		29%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

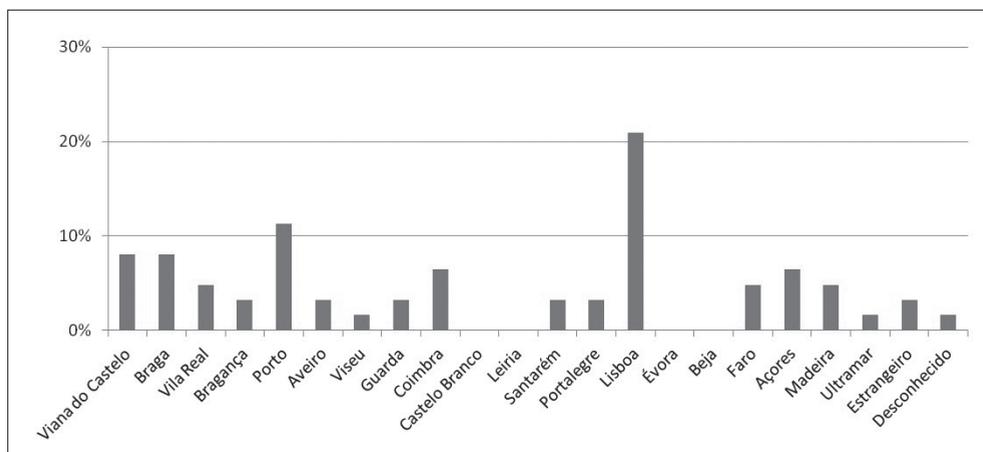
No que diz respeito à origem geográfica dos deputados Regeneradores de 1860, a maioria provinha dos distritos de Lisboa e do Porto, o que confirma a importância destas duas regiões como produtoras de um ambiente político que não existia no resto do país (Gráfico 1).

O corpo parlamentar era uma elite na sociedade portuguesa do século XIX, o que é visível na sua educação: a esmagadora maioria dos deputados do Partido Regenerador tinham formação universitária ou equivalente (Gráfico 2). O curso que

¹³ «Diário da Câmara dos Deputados», 1860: 50.

¹⁴ Maria Filomena Mónica argumenta até que a lei eleitoral de 1850 e a eleição de 1860 representaram uma renovação da classe política, permitindo a entrada de um conjunto de novos deputados de todos os sectores políticos para o Parlamento; MÓNICA, 1996: 1047.

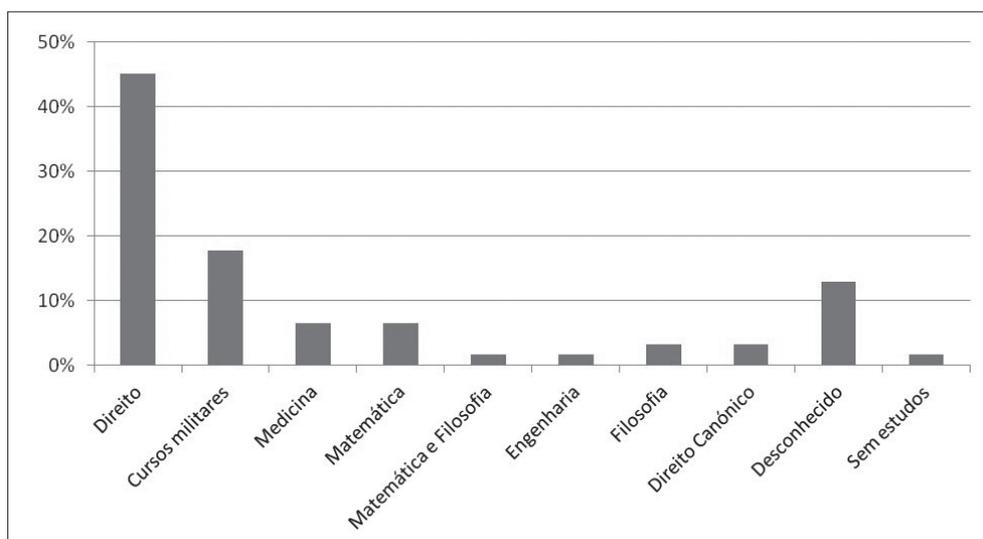
Gráfico 1. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

detinha o maior número de licenciados nesta legislatura era Direito, com 45% dos deputados Regeneradores. A situação não é incomum: o curso de Direito permitia aos alunos seguirem carreiras não apenas na advocacia, mas também na magistratura ou no funcionalismo público, pelo que era uma opção com potencial. Depois de Direito, as disciplinas com maior relevância entre os deputados eram os cursos militares, com 18%.

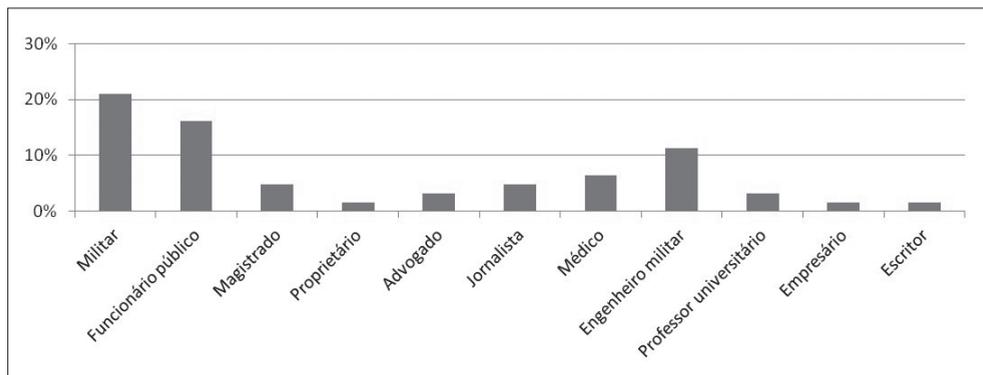
Gráfico 2. Formação académica



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Quanto à actividade profissional dos deputados Regeneradores, os valores mais elevados dizem respeito aos militares e aos funcionários públicos, com 24,2% e 21%, respectivamente (Gráfico 3). Outras profissões com valores relevantes são os magistrados e professores universitários. Isto revela uma ligação significativa entre os deputados do Partido Regenerador e o Estado como produtor de ocupações profissionais.

Gráfico 3. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Em 1860, a percentagem de membros da aristocracia titulada na bancada parlamentar do Partido Regenerador era apenas de 5% (Tabela 2), reforçando a ideia do corpo parlamentar regenerador como reflexo da sociedade adepta dos melhoramentos materiais e da modernização do estado.

Tabela 2. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	5%
Sem título nobiliárquico	95%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

No que diz respeito à ligação entre os deputados e os seus círculos de eleição, alguma historiografia sugere que a maioria dos deputados do Parlamento português, no século XIX, tinha uma ligação com o seu círculo eleitoral, essencialmente pelo nascimento¹⁵. Os dados relativos aos Regeneradores em 1860 mostram um resultado

¹⁵ ALMEIDA, 1995: 144. Conclusões semelhantes foram recuperadas, para uma análise comparativa a nível europeu, por PEDERSEN, KJAER, ELIASSEN, 2007: 160-190.

um pouco diferente: a maioria dos deputados, 65%, não nascia no círculo pelo qual eram eleitos (Tabela 3).

Tabela 3. Local de origem vs. círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	35%
Círculo diferente	65%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

3. A «GUERRA DE EXTERMÍNIO»¹⁶ (1881)

O primeiro governo do Partido Progressista tomou posse em 1879 — dando início ao chamado «Rotativismo» — e caiu em 1881, desgastado por várias questões políticas e de opinião pública. Nas ruas, Republicanos e a facção mais avançada dos Regeneradores organizavam frequentemente meetings que reuniam centenas de pessoas contra o governo. Na Câmara dos Pares, a maioria de membros apoiantes do Partido Regenerador tornava impossível ao executivo fazer passar propostas. Em Março de 1881, os Regeneradores tomavam posse, desta vez liderados por António Rodrigues Sampaio, acompanhado de um grupo onde se salientavam os políticos mais jovens, o que levou o executivo a receber o epíteto de «governo dos meninos». Durante esse verão os Regeneradores puseram em marcha uma elaborada estratégia eleitoral, que lhes permitiu não apenas vender a eleição, mas também reduzir quase até à irrelevância a representação do Partido Progressista, seu principal adversário, no Parlamento.

No que diz respeito à eleição de 1881, e à legislatura que se lhe seguiu, conseguimos identificar 136 deputados que foram eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Dentro do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador para a legislatura de 1882-1884, a idade média rondava os 42 anos, em linha com os valores da eleição de 1860 (Tabela 4). Quanto aos deputados estreantes, a percentagem subia para uns expressivos 42%, o que se deve ao esforço feito pelo governo

Tabela 4. Idade, experiência e deputados estreantes

Mínima	Média	Máxima
22	42,5	71
Deputados estreantes		42%

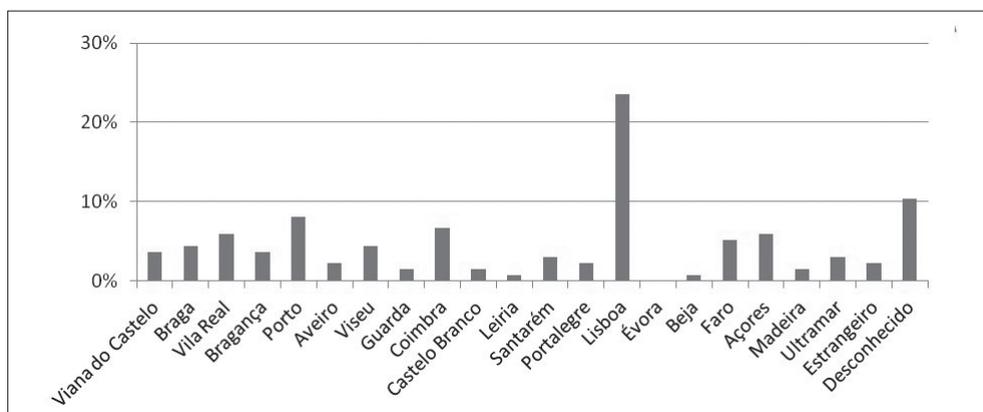
Fonte: MÓNICA, 2004-2005

¹⁶ Foi possível traçar as origens da expressão «guerra de extermínio» até um jornal do Partido Progressista, sendo o autor, muito provavelmente, Emídio Navarro; «O Progresso», 1881: 1. Durante o período eleitoral a utilização desta locução vulgarizou-se na imprensa Progressista.

Regenerador para impedir os partidos da oposição de chegar ao Parlamento, que obrigou os Regeneradores a introduzir na câmara electiva um grande número de indivíduos que não tinham experiência enquanto deputados.

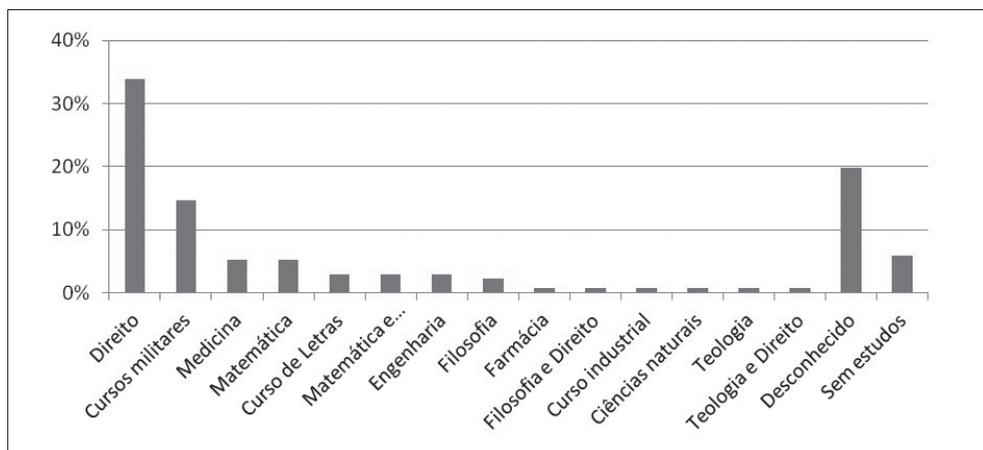
Passadas cerca de duas décadas, a maioria dos deputados continuava a ser originária dos distritos de Lisboa e, bastante mais atrás, do Porto (Gráfico 4). Da mesma forma, os valores referentes à formação académica estavam em linha com o verificado em 1860: a percentagem de deputados sem estudos superiores era de apenas 6%; Direito continuava a registar os números mais elevados, com 34% dos deputados Regeneradores, seguido dos cursos militares e da Medicina, com 15% e 5%, respectivamente (Gráfico 5).

Gráfico 4. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

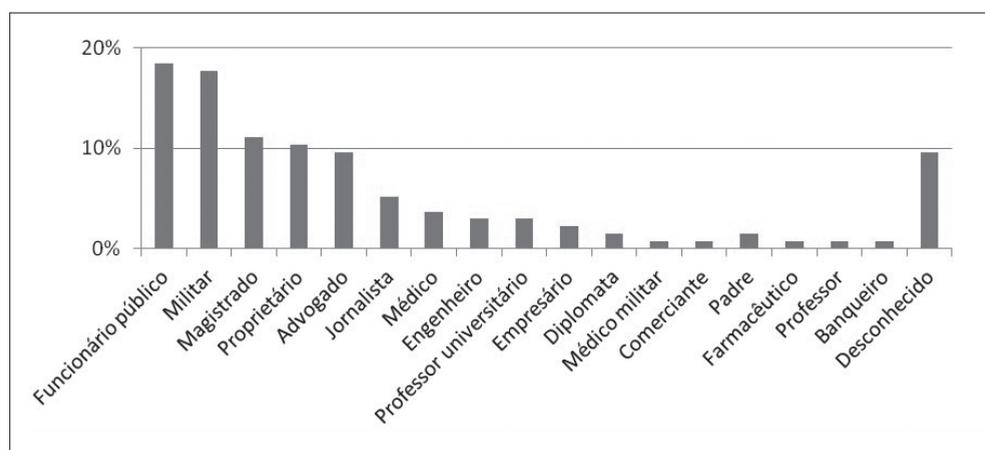
Gráfico 5. Formação académica



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Profissionalmente, verificou-se um aumento do número de funcionários públicos, que passaram para os 18,4%, e um decréscimo de militares, que desceram para os 17,6% (Gráfico 6). A percentagem de proprietários sofreu uma subida significativa, passando para os 10%, contrariando assim o valor de 1860, no que foi seguida pela percentagem de membros da aristocracia titulada, que chegava em 1881 aos 12% (Tabela 5). O crescimento dos parlamentares titulados poderá estar relacionado com o aumento da nobilitação durante o século XIX, como mecanismo de agradecimento e favorecimento do monarca, que deu origem a uma nova nobreza mais dinâmica.

Gráfico 6. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Tabela 5. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	12%
Sem título nobiliárquico	88%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

No que diz respeito à ligação entre deputados e círculo de eleição, em 1881 a maioria dos deputados, 62%, não nascia no círculo pelo qual eram eleitos (Tabela 8). Isto não invalida, ainda assim, casos de deputados com fortes e duradouras ligações aos seus círculos de eleição.

Tabela 6. Local de origem vs. círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	28%
Círculo diferente	62%
Desconhecido	10%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

4. A «IGNÓBIL PORCARIA» (1901)

Em Junho de 1900, os Progressistas deixavam o poder, e tomava posse um governo Regenerador liderado por Hintze Ribeiro. O novo executivo de Hintze era composto por várias figuras de proa do Partido Regenerador, e pretendia mostrar uma posição de força. Pouco tempo antes, Hintze ocupara também a chefia oficial do Partido Regenerador. António de Serpa Pimentel falecera no início de Março de 1900, e o processo de escolha de um sucessor fora tratado rapidamente. João Franco teria mostrado interesse em elevar-se à liderança, propondo uma direcção bicéfala entre ele e Hintze, mas não obteve os apoios necessários. Franco começou então a afastar-se do núcleo central do Partido Regenerador, anunciando que não aceitaria um possível convite para integrar o governo¹⁷. O ambiente foi azedando; apesar de ter sido eleito pelos Regeneradores em Novembro de 1900, Franco dizia que «já não estava em idade de soffrer o Hintze»¹⁸.

As eleições de 1901 vieram a realizar-se precisamente devido ao conflito entre Hintze e João Franco. Em Maio de 1901, abriram-se oficialmente as hostilidades, e João Franco, que fora o líder da bancada Regeneradora e congregara durante a década de 1890 um grande número de simpatizantes, garantiu o apoio de cerca de 25 deputados¹⁹. Hintze Ribeiro estava consciente disso, e de que iria ficar em minoria caso João Franco e os Progressistas se aliassem, pelo que pediu de imediato ao rei a dissolução das câmaras. Antes do fim de Maio o Parlamento encerrava, e as eleições eram convocadas para Outubro. A parte crucial do processo eleitoral haveria de decorrer, portanto, durante o Verão de 1901²⁰.

Hintze Ribeiro compreendia a conjuntura delicada em que se encontrava, e compreendia também que os Regeneradores, sozinhos, não conseguiriam dominar totalmente o Parlamento. Começou assim a desenhar-se o projecto de lei eleitoral de

¹⁷ RAMOS, 2006: 158.

¹⁸ CABRAL, 1924: 30.

¹⁹ RAMOS, 1994: 252.

²⁰ Importa salientar que existe um estudo sobre a composição do Parlamento nesta legislatura, mas que proporciona poucas informações quanto às diferenças entre deputados de diferentes sectores partidários. É, ainda assim, uma base fundamental para o estudo da prosopografia parlamentar; SOBRAL, ALMEIDA, 1982.

1901, que haveria de ficar conhecida como «ignóbil porcaria»: poucos dias depois da publicação da reforma eleitoral, o jornal republicano «O Século» afirmava que nem «Fontes Pereira de Mello, por exemplo, ou Rodrigo Sampaio [sic], tão pouco, subcreveriam em qualquer circunstancia essa ignobil porcaria!»²¹ O objectivo da nova lei era, por um lado, impedir a eleição dos amigos políticos de João Franco — que não eram poucos e tinham algumas vantagens regionais, nomeadamente na Beira Interior — e, por outro lado, manter afastados os Republicanos — que não paravam de crescer desde o *Ultimatum* Britânico. Tudo isto só seria possível com o acordo dos Progressistas, o que também convinha ao líder Progressista, José Luciano de Castro. As divergências partidárias não tinham de se sobrepor aos bons resultados eleitorais. A prova da eficiência das manobras eleitorais foi que os franquistas só elegeram um deputado, e os republicanos nem isso conseguiram.

Durante a legislatura de 1902-1904 foi possível identificar 108 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Do ponto de vista dos dados biográficos obtidos, e do estudo prosopográfico, foi possível concluir que a idade média à data da eleição rondava os 44 anos, ligeiramente acima do que se tinha verificado nas legislaturas de 1860-1861 e 1882-1884 (Tabela 7). O mesmo se pode verificar no número de eleições anteriores: tanto o valor médio como o valor máximo aumentaram, diminuindo o número de deputados que faziam a sua estreia — se 46% dos deputados na legislatura de 1882 eram estreantes, em 1902 apenas 27% se encontravam nessa situação, em linha com os 29% de 1860. Depois do frenesi da «guerra de extermínio» de 1881, no qual os Regeneradores tinham sido forçados a dispor de um grande número de candidatos, o corpo parlamentar voltava a ser formado por indivíduos mais experientes.

Tabela 7. Idade, experiência e deputados estreante

Mínima	Média	Máxima
24	44,1	69
Deputados estreantes		27%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

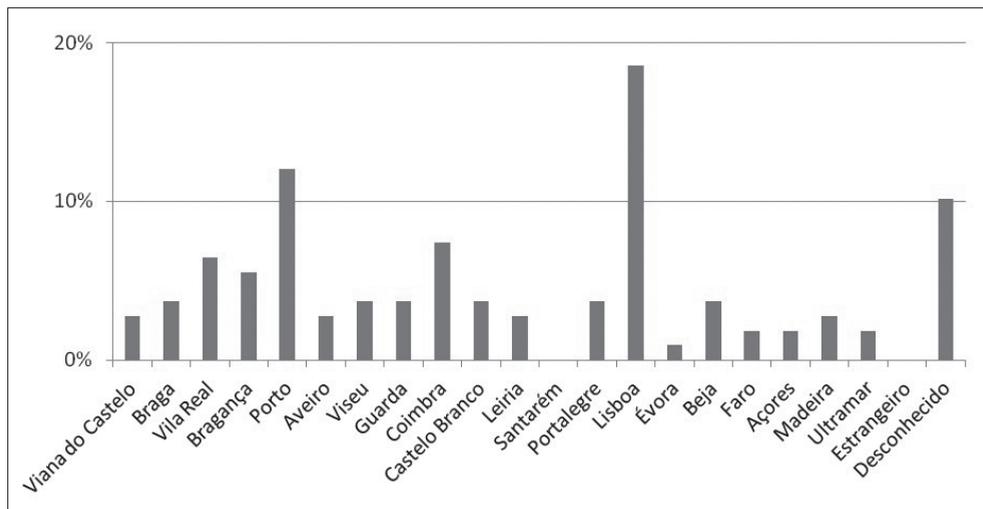
No que se refere à origem geográfica dos deputados, em comparação com os dados para as legislaturas de 1860-1861 e 1882-1884, é possível observar uma redução da importância da capital no conjunto dos locais de origem, um movimento acompanhado pelo aumento do número de deputados provenientes do Porto (Gráfico 7). Nos restantes distritos verificam-se ligeiras alterações, como o aumento do número

²¹ «O Século», 1901: 1.

de deputados provenientes dos Açores, o que confirma um movimento de descentralização das origens do corpo parlamentar, ainda que limitado.

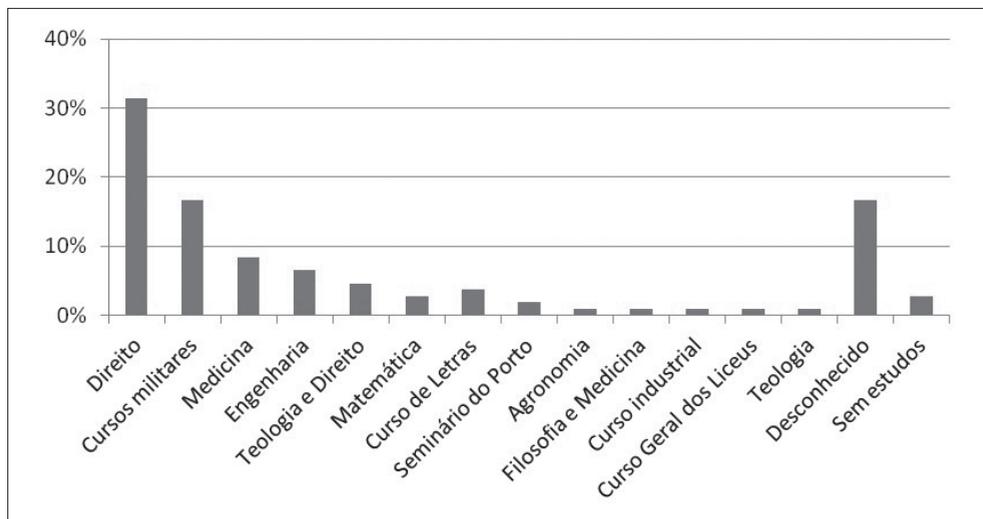
No que diz respeito à formação académica, mantém-se o padrão existente em 1860-1861 e 1882-1884: uma parte significativa dos deputados Regeneradores tinham formação em Direito (31%), um valor que estava, contudo, em decréscimo desde

Gráfico 7. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Gráfico 8. Formação académica

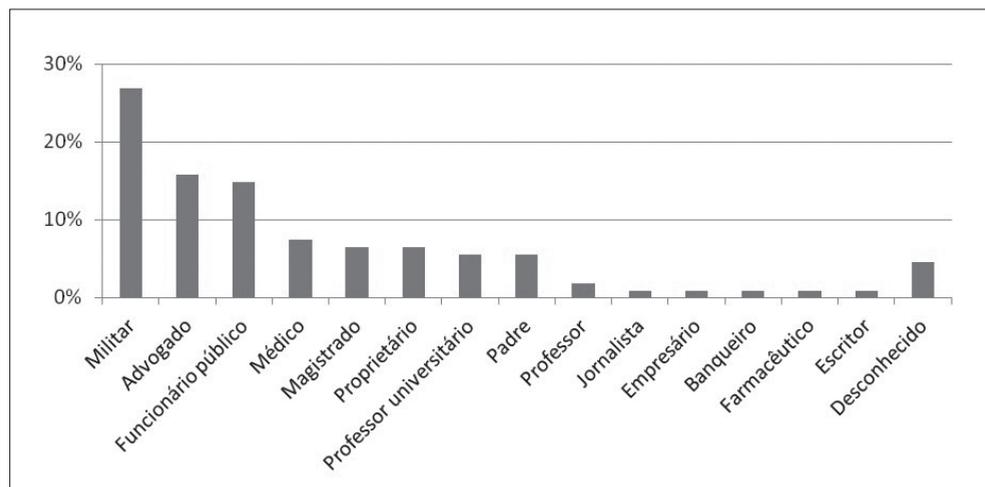


Fonte: MÓNICA, 2004-2005

1860, enquanto a percentagem de deputados com formação militar voltava a subir ligeiramente (17%) (Gráfico 8). Para além de direito e dos cursos militares, Medicina continuava a ser uma área bastante procurada, agora seguida pela Engenharia, escolhas de 8% e 6% dos deputados Regeneradores, respectivamente.

No que se refere à actividade profissional, o funcionalismo público voltava a sofrer uma redução, passando para os 15%, enquanto o número de militares aumentou significativamente, chegando aos 27% do total dos deputados Regeneradores, acima do valor de 1860 (Gráfico 9)²². O número de funcionários públicos foi, inclusive, ultrapassado pelo número de advogados (16%). No que se refere aos proprietários, verificou-se um decréscimo, em paralelo com a redução da percentagem de membros da aristocracia titulada presentes na câmara electiva, regressando a valores próximos dos de 1860: em 1901, apenas 6% dos parlamentares Regeneradores eram proprietários, a mesma percentagem de Regeneradores que detinham títulos nobiliárquicos, ou seja, cerca de metade dos que existiam em 1881, em ambos os casos (Tabela 8).

Gráfico 9. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

²² Note-se que José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida apontaram o funcionalismo público como a classe profissional com maior número de deputados em 1902-1904, mas incluíram nessa categoria professores universitários, professores do ensino secundário e magistrados, que nesta análise optámos por considerar separadamente; SOBRAL, ALMEIDA, 1982: 655.

Tabela 8. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	6%
Sem título nobiliárquico	94%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Quanto à relação dos deputados com o seu círculo de eleição, houve um aumento do número de indivíduos que efectivamente tinham uma ligação de nascimento com o seu círculo eleitoral, subindo de 28% em 1881 para 35% em 1901 (Tabela 9). O valor continua, ainda assim, a ser reduzido, contrariando para o sector Regenerador as conclusões obtidas para a totalidade do hemiciclo dessa legislatura²³. Estes valores comprovam que as decisões tomadas pela chefia partidária tinham uma significativa relevância no que diz respeito ao Partido Regenerador, e que a preponderância continuava a ser dos candidatos indicados pela cúpula partidária.

Tabela 9. Local de origem vs círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	35%
Círculo diferente	55%
Desconhecido	10%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

5. CONCLUSÃO

Podemos, assim, concluir que o corpo parlamentar regenerador revelou, ao longo dos 3 actos eleitorais aqui estudados, algumas semelhanças: era um grupo de políticos jovens e com formação superior, essencialmente recrutados entre os militares e funcionários públicos. Geograficamente, predominava a origem nas regiões de Lisboa e do Porto, e estava em declínio a pertença a famílias da aristocracia titulada. No que diz respeito à ligação ao círculo pelo qual eram eleitos, cerca de um terço dos deputados tinham uma ligação pelo nascimento. Conclusões semelhantes foram obtidas para o corpo ministerial durante a Monarquia Constitucional pós-Regeneração, o que se explica pelo percurso parlamentar prévio da grande maioria dos ministros portugueses desse período²⁴.

²³ SOBRAL, ALMEIDA, 1982: 657. Note-se que os autores referem outros vínculos ao círculo de eleição, que não incluímos neste estudo. Ainda assim, o valor sugerido de 2/3 dos deputados com ligações ao seu círculo é bastante superior ao que conseguimos apurar.

²⁴ ALMEIDA, PINTO, 2003: 22.

A evolução destes valores entre 1860, 1881 e 1901 mostra-nos, em grande medida, a disparidade do caso da eleição de 1881, onde o número de deputados estreantes foi muito significativo. Curiosamente, os critérios prosopográficos onde este novo contingente de jovens regeneradores teve impacto foram díspares: por um lado, o funcionalismo público passou a ser a principal ocupação profissional; por outro, aumentou o número de indivíduos da aristocracia titulada; e, finalmente, baixou a percentagem de indivíduos nascidos no seu círculo de eleição.

No último ano estudado, 1901, o corpo parlamentar regenerador era um grupo tendencialmente mais instruído, onde se continuava a destacar a formação em direito, mas onde se verificava agora uma preponderância muito significativa de militares. Em termos da origem geográfica, Lisboa continuava a ser o local com maior importância, tendo, contudo, sofrido uma redução, que permitiu o aumento do número de indivíduos proveniente de outros distritos, nomeadamente do Porto. Observa-se, portanto, que o corpo parlamentar Regenerador se transformara, ganhando maior experiência e habilitações e descentralizando as suas origens. Era um reflexo das transformações da sociedade, nomeadamente no que diz respeito à preponderância do funcionalismo público e ao declínio da influência da aristocracia proprietária. A bancada parlamentar Regeneradora tinha, contudo, uma limitada ligação às regiões que representava no Parlamento, no que se afasta da visão historiográfica sobre o tema. Importa ainda referir que existe pouca continuidade entre o corpo parlamentar Regenerador de uns anos para os outros: de 1860 para 1881 só transitaram 8 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador; da mesma forma, apenas 11 deputados eleitos em 1881 se encontravam em funções em 1901.

A comparação dos valores por nós obtidos com outros que nos dão uma perspectiva europeia da situação dos partidos considerados conservadores revela, porém, diferenças assinaláveis: alguns autores têm defendido que os partidos conservadores do século XIX tinham uma importância significativa de membros da nobreza, um número elevado de indivíduos profissionalmente ligados ao sector primário, como o caso dos proprietários, e um número em decréscimo de deputados que eram simultaneamente altos funcionários públicos²⁵. As características do Partido Regenerador que conseguimos obter são precisamente o contrário. O corpo parlamentar Regenerador tinha uma baixa percentagem de membros da aristocracia, um número reduzido de proprietários, e uma elevada percentagem de funcionários públicos, a maior parte pertencentes aos níveis mais elevados do aparelho burocrático. Os regeneradores posicionaram-se, assim, como um caso atípico no panorama partidário europeu de oitocentos.

²⁵ CROMWELL, VERZICHELLI, 2007: 194-216.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1995). *A Construção do Estado Liberal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, org. (1998). *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa (2003). *Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power*. In ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEJO, Nancy, ed. *Who Governs Southern Europe: Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*. London: Frank Cass, pp. 6-37.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (2005). *The Portuguese administrative elite, 1851-1910*. «Revista de História das Ideias». 26, 439-462.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos (2006). *Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico*. «Revista de História das Ideias» 27, 399-417.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2001). *História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)*. «Análise Social». XXXV: 57, 989-1012.
- CABRAL, António (1924). *As cartas d'El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco*. Lisboa: Portugal-Brasil.
- CROMWELL, Valerie; VERZICHELLI, Luca (2007). *The Changing Nature and Role of European Conservative Parties in Parliamentary Institutions from 1848 to the Twenty-first Century*. In COTTA, Maurizio; BEST, Heinrich, dir. *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*. Oxford: Oxford University Press, pp. 194-216.
- «Diário da Câmara dos Deputados». (5 mar. 1860).
- LUCAS, Patrícia Isabel Gomes (2019). *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1996). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MÓNICA, Maria Filomena (1996). *As Reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910*. «Análise Social». XXXI: 139, 1039-1084.
- MÓNICA, Maria Filomena (2004-2005), dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; Assembleia da República.
- «O Portuguez» (27 Nov. 1859).
- «O Progresso» (5 Jan. 1881).
- «O Século» (14 Ago. 1901).
- PEDERSEN, Mogens N.; KJAER, Ulrik; ELIASSEN, Kjell A. (2007). *The Geographical Dimension of Parliamentary Recruitment: Among Native Sons and Parachutists*. In COTTA, Maurizio; BEST, Heinrich, dir. *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*. Oxford: Oxford University Press, pp. 160-190.
- RAMOS, Rui, coord. (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- RAMOS, Rui (2006). *D. Carlos: 1863-1908*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de (1982). *Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901*. «Análise Social». XVIII: 72-74, 649-671.
- VILHENA, Júlio de (1921-1922). *D. Pedro V e o seu reinado*. Lisboa, Academia das Ciências.